



## SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

### ESTUDO DO VETO Nº 5/2015, DE 17/3/2015

Veto Parcial apostado ao PLS nº 166, de 2010 (nº 8.046/2010<sup>1</sup>, na Câmara dos Deputados)

Quantidade de dispositivos vetados: 21

**Autor do projeto vetado:**

- Sen. José Sarney (PMDB-AP)

**Relator-Geral no Senado Federal:**

- Sen. Valter Pereira (PMDB-MS)

**Relatores Parciais no Senado Federal:**

- 1 – Sen. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) – Processo Eletrônico
- 2 – Sen. Romeu Tuma (PTB-SP) – Parte Geral
- 3 – Sen. Marconi Perillo (PSDB-GO) – Processo de Conhecimento
- 4 – Sen. Almeida Lima (PMDB-SE) – Procedimentos Especiais
- 5 – Sen. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) – Cumprimento das Sentenças e Execução
- 6 – Sen. Acir Gurgacz (PDT-RO) – Recursos

**Relatores-Gerais na Câmara dos Deputados:**

- Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)
- Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)

**Relatores Parciais na Câmara dos Deputados:**

- 1 – Dep. Efraim Filho (DEM-PB) – Parte Geral
- 2 – Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS) – Processo de Conhecimento e Cumprimento da Sentença
- 3 – Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) – Procedimentos Especiais
- 4 – Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) – Processo de Execução
- 5 – Dep. Hugo Leal (PSC-RJ) – Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais, e Disposições Finais e Transitórias

**Relator do substitutivo no Senado Federal:**

- Sen. Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**Ementa:**

- *Código de Processo Civil.*

<sup>1</sup> Projeto apensado ao PL 6.025/2005 (na Câmara dos Deputados - CD)

## SUMÁRIO DOS DISPOSITIVOS VETADOS

(O sumário possui *hiperlinks*, clicar sobre qualquer item abaixo abre como destino a opção selecionada).

---

	Pág.
- art. 35:.....	3
- "caput" do art. 333: .....	3
- inciso I do "caput" do art. 333:.....	3
- inciso II do "caput" do art. 333:.....	3
- § 1º do art. 333: .....	4
- § 2º do art. 333: .....	4
- inciso I do § 3º do art. 333: .....	4
- inciso II do § 3º do art. 333: .....	4
- inciso III do § 3º do art. 333: .....	4
- § 4º do art. 333: .....	4
- § 5º do art. 333: .....	4
- § 6º do art. 333: .....	5
- § 7º do art. 333: .....	5
- § 8º do art. 333: .....	5
- § 9º do art. 333: .....	5
- § 10 do art. 333: .....	5
- inciso X do "caput" do art. 515: .....	5
- § 3º do art. 895: .....	6
- inciso VII do "caput" do art. 937 .....	6
- inciso XII do "caput" do art. 1015: .....	6
- art. 1055.....	7

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<b>- art. 35:</b> “Art. 35. Dar-se-á por meio de carta rogatória o pedido de cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e órgão jurisdicional estrangeiro para prática de ato de citação, intimação, notificação judicial, colheita de provas, obtenção de informações e cumprimento de decisão interlocutória, sempre que o ato estrangeiro constituir decisão a ser executada no Brasil.”	Em determinados atos, utilização de carta rogatória como meio para cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e estrangeiro.	Emenda Aglutinativa Substitutiva Global de Plenário, autor Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), apresentada em 30/10/13.	<i>Ouvidos o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União, foram estas as razões do veto:</i> “Consultados o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal de Justiça, entendeu-se que o dispositivo impõe que determinados atos sejam praticados exclusivamente por meio de carta rogatória, o que afetaria a celeridade e efetividade da cooperação jurídica internacional que, nesses casos, poderia ser processada pela via do auxílio direto.”
<b>- "caput" do art. 333:</b> “Art. 333. Atendidos os pressupostos da relevância social e da dificuldade de formação do litisconsórcio, o juiz, a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ouvido o autor, poderá converter em coletiva a ação individual que veicule pedido que:”	Possibilidade de conversão de ação individual em coletiva nas hipóteses mencionadas nos incisos I e II do <i>caput</i> do artigo.	Parecer do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira com Complementação de Voto, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 16/7/13.	<i>Ouvida a Advocacia-Geral da União, foram estas as razões do veto:</i> “Da forma como foi redigido, o dispositivo poderia levar à conversão de ação individual em ação coletiva de maneira pouco criteriosa, inclusive em detrimento do interesse das partes. O tema exige disciplina própria para garantir a plena eficácia do instituto. Além disso, o novo Código já contempla mecanismos para tratar demandas repetitivas. No sentido do veto manifestou-se também a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.”
<b>- inciso I do "caput" do art. 333:</b> “I - tenha alcance coletivo, em razão da tutela de bem jurídico difuso ou coletivo, assim entendidos aqueles definidos pelo art. 81, parágrafo único, incisos I e II, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e cuja ofensa afete, a um só tempo, as esferas jurídicas do indivíduo e da coletividade;”	Hipótese de conversão da ação individual em coletiva.	Parecer reformulado do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 17/7/13.	Idem.
<b>- inciso II do "caput" do art. 333:</b> “II - tenha por objetivo a solução de conflito de interesse relativo a uma mesma relação jurídica plurilateral, cuja solução, por sua natureza ou por disposição de lei, deva ser necessariamente uniforme, assegurando-se tratamento isonômico para todos os membros do grupo.”	Hipótese de conversão de ação individual em coletiva.	Parecer do Relator-Geral Dep. Sérgio Barradas Carneiro, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 18/09/12.	Idem.

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<b>- § 1º do art. 333:</b> “§ 1º Além do Ministério Público e da Defensoria Pública, podem requerer a conversão os legitimados referidos no art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e no art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).”	Legitimados a requerer conversão de ação individual em coletiva.	Parecer do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira com Complementação de Voto, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 16/7/13.	Idem.
<b>- § 2º do art. 333:</b> “§ 2º A conversão não pode implicar a formação de processo coletivo para a tutela de direitos individuais homogêneos.”	Limitação da conversão de ação individual em coletiva.	Parecer do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 8/5/13.	Idem.
<i>[§ 3º Não se admite a conversão, ainda, se:]</i>  <b>- inciso I do § 3º do art. 333:</b> “I - já iniciada, no processo individual, a audiência de instrução e julgamento; ou”	Hipótese em que se inadmite conversão de ação individual em coletiva.	Idem.	Idem.
<b>- inciso II do § 3º do art. 333:</b> “II - houver processo coletivo pendente com o mesmo objeto; ou”	Hipótese em que se inadmite conversão de ação individual em coletiva.	Idem.	Idem.
<b>- inciso III do § 3º do art. 333:</b> “III - o juízo não tiver competência para o processo coletivo que seria formado.”	Hipótese em que se inadmite conversão de ação individual em coletiva.	Idem.	Idem.
<b>- § 4º do art. 333:</b> “§ 4º Determinada a conversão, o juiz intimará o autor do requerimento para que, no prazo fixado, adite ou emende a petição inicial, para adaptá-la à tutela coletiva.”	Procedimento a ser observado pelo juiz na conversão de ação individual em coletiva.	Idem.	Idem.
<b>- § 5º do art. 333:</b> “§ 5º Havendo aditamento ou emenda da petição inicial, o juiz determinará a intimação do réu para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.”	Procedimento a ser observado pelo juiz na conversão de ação individual em coletiva.	Parecer do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira com Complementação de Voto, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 16/7/13.	Idem.

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<b>- § 6º do art. 333:</b> “§ 6º O autor originário da ação individual atuará na condição de litisconsorte unitário do legitimado para condução do processo coletivo.”	Regra a ser observada na conversão de ação individual em coletiva.	Parecer reformulado do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 17/7/13.	Idem.
<b>- § 7º do art. 333:</b> “§ 7º O autor originário não é responsável por nenhuma despesa processual decorrente da conversão do processo individual em coletivo.”	Regra a ser observada na conversão de ação individual em coletiva.	Parecer do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 2/7/13.	Idem.
<b>- § 8º do art. 333:</b> “§ 8º Após a conversão, observar-se-ão as regras do processo coletivo.”	Regra a ser observada após a conversão da ação individual em coletiva.	Parecer do Relator-Geral Dep. Sérgio Barradas Carneiro, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 18/9/12.	Idem.
<b>- § 9º do art. 333:</b> “§ 9º A conversão poderá ocorrer mesmo que o autor tenha cumulado pedido de natureza estritamente individual, hipótese em que o processamento desse pedido dar-se-á em autos apartados.”	Possibilidade de conversão de ação individual em coletiva mesmo em cumulação de pedido de natureza estritamente individual.	Parecer do Relator-Geral Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 8/5/13.	Idem.
<b>- § 10 do art. 333:</b> “§ 10. O Ministério Público deverá ser ouvido sobre o requerimento previsto no <i>caput</i> , salvo quando ele próprio o houver formulado.”	Procedimento a ser observado pelo juiz na conversão de ação individual em ação coletiva.	Idem.	Idem.
<i>[Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título.]</i> <sup>2</sup>  <b>- inciso X do "caput" do art. 515:</b> “X – o acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo quando do julgamento de acidentes e fatos da navegação.”	Hipótese em que acórdão proferido por Tribunal Marítimo será título executivo judicial.	Emenda nº 426/11 do Dep. Eduardo Cunha.	<i>Ouvido o Ministério da Defesa, foram estas as razões do veto:</i> “Ao atribuir natureza de título executivo judicial às decisões do Tribunal Marítimo, o controle de suas decisões poderia ser afastado do Poder Judiciário, possibilitando a interpretação de que tal colegiado administrativo passaria a dispor de natureza judicial.”

<sup>2</sup> O “*caput*” do art. 515 do projeto não foi vetado.

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<p><i>[Art. 895. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:]</i><sup>3</sup></p> <p><b>- § 3º do art. 895:</b>  “§ 3º As prestações, que poderão ser pagas por meio eletrônico, serão corrigidas mensalmente pelo índice oficial de atualização financeira, a ser informado, se for o caso, para a operadora do cartão de crédito.”</p>	Incidência de atualização financeira sobre prestações decorrentes de parcelamento de bem penhorado.	Parecer do Relator-Geral, Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 18/9/12.	<p><i>Ouvido o Ministério da Fazenda, foram estas as razões do veto:</i>  “O dispositivo institui correção monetária mensal por um índice oficial de preços, o que caracteriza indexação. Sua introdução potencializaria a memória inflacionária, culminando em uma indesejada inflação inercial.”</p>
<p><i>[Art. 937. Na sessão de julgamento, depois da exposição da causa pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente, ao recorrido e, nos casos de sua intervenção, ao membro do Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos para cada um, a fim de sustentarem suas razões, nas seguintes hipóteses, nos termos da parte final do caput do art. 1.021:]</i><sup>4</sup></p> <p><b>- inciso VII do "caput" do art. 937:</b>  “VII – no agravo interno originário de recurso de apelação, de recurso ordinário, de recurso especial ou de recurso extraordinário;”</p>	Previsão de sustentação oral para todos os casos de agravo interno.	PL nº 2963/11 (CD), de autoria do Dep. Miro Teixeira (PDT-RJ), apensado ao PL nº 6025/05 (CD), cuja redação foi incorporada pelo Parecer do Relator-Geral Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), aprovado em 18/9/12.	<p><i>Ouvido o Ministério da Justiça, foram estas as razões do veto:</i>  “A previsão de sustentação oral para todos os casos de agravo interno resultaria em perda de celeridade processual, princípio norteador do novo Código, provocando ainda sobrecarga nos Tribunais.”</p>
<p><i>[Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:]</i><sup>5</sup></p> <p><b>- inciso XII do "caput" do art. 1015:</b>  “XII - conversão da ação individual em ação coletiva;”</p>	Cabimento de interposição de recurso contra decisão interlocutória de conversão de ação individual em ação coletiva.	Parecer do Relator-Geral, Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), PL nº 6025/05 (CD), aprovado em 18/9/12.	<p><i>Ouvida a Advocacia-Geral da União, foram estas as razões do veto:</i>  “Da forma como foi redigido, o dispositivo poderia levar à conversão de ação individual em ação coletiva de maneira pouco criteriosa, inclusive em detrimento do interesse das partes. O tema exige disciplina própria para garantir a plena eficácia do instituto. Além disso, o novo Código já contempla mecanismos para tratar demandas repetitivas. No sentido do veto manifestou-se também a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.”</p>

<sup>3</sup> O “caput” do art. 895 do projeto não foi vetado.

<sup>4</sup> O “caput” do art. 937 do projeto não foi vetado.

<sup>5</sup> O “caput” do art. 1.015 do projeto não foi vetado.

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<b>- art. 1055:</b> “Art. 1.055. O devedor ou arrendatário não se exime da obrigação de pagamento dos tributos, das multas e das taxas incidentes sobre os bens vinculados e de outros encargos previstos em contrato, exceto se a obrigação de pagar não for de sua responsabilidade, conforme contrato, ou for objeto de suspensão em tutela provisória.”	Obrigação de pagamento de encargos decorrentes de contrato.	Emenda Aglutinativa Substitutiva Global de Plenário, autor Dep. Paulo Teixeira, PL nº 6025/05 (CD), apresentada em 30/10/13.	<i>Ouvido o Ministério da Justiça e o Ministério da Fazenda, foram estas as razões do veto:</i> “Ao converter em artigo autônomo o § 2º do art. 285-B do Código de Processo Civil de 1973, as hipóteses de sua aplicação, hoje restritas, ficariam imprecisas e ensejariam interpretações equivocadas, tais como possibilitar a transferência de responsabilidade tributária por meio de contrato.”